



FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO
Decretos Estaduais n.º 9.843/66 e n.º 16.719/74 e Parecer CEE/MG n.º 99/93
UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE DE TRÊS CORAÇÕES
Decreto Estadual n.º 40.229, de 29/12/1998
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

**A PRESENÇA DA ARGUMENTAÇÃO NA
PROBLEMÁTICA DO HERÓI NA ATIVIDADE
ESTÉTICA DO ROMANCE *O ADVOGADO DO DIABO***

**Três Corações
2006**

Willian Charles de Lima

**A PRESENÇA DA ARGUMENTAÇÃO NA
PROBLEMÁTICA DO HERÓI NA ATIVIDADE
ESTÉTICA DO ROMANCE *O ADVOGADO DO DIABO***

Dissertação apresentada à Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR como parte das exigências do Programa de Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso, para obtenção do título de mestre.

Orientador

Prof. Dr Luciano Novaes Vidon

**Três Corações
2006**



Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações
CREDENCIAMENTO: Decreto Estadual nº 40.229 de 29 de Dezembro de 1998.
Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A meus pais, Valdemar e Lurdinha, e aos meus irmãos, Alysson e Helder,
que sempre acreditaram no futuro de uma família abençoada por Deus.

A todas as pessoas que estiveram envolvidas, direta e indiretamente.

OFEREÇO

À minha amada esposa Kelly e minha filha Susan,
que são a inspiração e a motivação da cada passo
que dou, pois são um presente de Deus para mim.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, por dar-me propósito naquilo que faço e valor naquilo que sou.

A minha esposa, filha, pais e irmãos, pelo apoio e incentivo para vencer mais esta etapa.

Ao orientador, Dr Luciano Novaes Vidon, pelos ensinamentos passados, pela amizade, pela compreensão e pela brilhante orientação.

À coordenadora, Dra. Geysa Silva, pela amizade, pelo incentivo e ensinamentos transmitidos desde a iniciação científica.

Aos professores e amigos de turma, pelo convívio de várias etapas, pelas palavras carinhosas de incentivo e companheirismo.

À Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR) e a todos colegas e professores.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu êxito profissional.

“Se você aceitar as minhas palavras e guardar no coração os meus mandamentos; se der ouvidos à sabedoria e inclinar o coração para o discernimento; se clamar por entendimento e por discernimento gritar bem alto; se procurar a sabedoria como se procura a prata e buscá-la como quem busca um tesouro escondido, então você entenderá o que é temer o Senhor e achará o conhecimento de Deus”

Salomão

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
CHAIM PERELMAN E A NOVA RETÓRICA.....	13
A ARGUMENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO HERÓI NA ATIVIDADE ESTÉTICA DO ROMANCE <i>O ADVOGADO DO DIABO</i>.....	32
O JOGO ARGUMENTATIVO DA CRIAÇÃO ESTÉTICA NO DIALOGISMO DO PERSONAGEM	41
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

RESUMO

LIMA, Willian Charles de. **A presença da argumentação na problemática do herói na atividade estética do romance *O advogado do diabo*: uma abordagem lingüística discursiva em relação à criação estética.** 2006. 51 p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.*

Herdeiro dos romances psicológicos de Dostoiévski, *O advogado do diabo*, de Morris West, publicado em 1959, expressa, também, sua concepção estética relacionada às ideologias de uma sociedade, através de um personagem que se desenvolve inserido num jogo argumentativo e polifônico. Isso, para Bakhtin (2000), seria um exemplo perfeito do novo estilo de criação surgido com Dostoiévski, saindo da base tradicional do eu-isso e entrando no campo dialógico, preferência de Bakhtin, explorando as relações do tipo eu-tu. De acordo com a posição de Bakhtin em sua introdução no capítulo “O problema do herói na atividade estética”, este trabalho procura primeiro fazer uma análise descritiva de um princípio básico da relação entre o autor e o herói de *O advogado do diabo* para, depois, podermos identificar as particularidades individuais argumentativas que participam da atividade estética nesse romance ficcional como sendo do campo das particularidades individuais dessa relação. Concomitantemente, vemos, segundo Perelman, uma abertura para podermos relacionar a argumentação à criação estética. Por ser a argumentação ligada ao campo do verossímil e do provável, na criação estética de um romance ficcional, que valoriza o discurso argumentativo, temos um excelente objeto para defendermos a importância da argumentação na atividade estética, bem como na exotopia dessa criação.

* Orientador: Dr. Luciano Novaes Vidon – UNINCOR.

ABSTRACT

LIMA, Willian Charles de. **The presence of the argumentation in the problem of the hero in the aesthetic activity of *The devil's advocate* romance: a discursive linguistic approach in relation to the aesthetic creation.** 2006. 51 p. (Dissertation – Master in Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.*

Heir of the psychological romances of Dostoiévski, Morris West *The devil's advocate*, published in 1959, expresses, also, your aesthetic conception related to the ideologies of a society, through a character that is developed and inserted in an argumentative and polyphonic game. That, for Bakhtin (2000), it would be a perfect example of the new creation style appeared with Dostoiévski, leaving the traditional base of the I-that and entering in the field dialogic, preference of Bakhtin, exploring the relationships of the type I-you. In agreement with the position of Bakhtin in your introduction in the chapter “The problem of the hero in the aesthetic activity”, this work tries first to do a descriptive analysis of a basic beginning of the relationship between the author and the hero of *The devil's advocate* for, then, we could identify the argumentative individual particularities that participate of the aesthetic activity in that fictional romance, as being of the field of the individual particularities of that relationship. Meanwhile, see according to your Perelman, in *Tretise of the argumentation*, an opening for us to relate the argument to the aesthetic creation. For being the argumentation linked to the field of the verossímil and of the probable, in the aesthetic creation of a fictional romance, that values the argumentative speech, we have an excellent object for us to defend the importance of the argument in the aesthetic activity as well as in the exotopia of that creation.

*Guidance: Dr. Luciano Novaes Vidon – UNINCOR.

INTRODUÇÃO

Semelhante aos romances psicológicos de Dostoiévski, *O advogado do diabo* de Morris West, publicado em 1959, expressa, também, sua concepção estética relacionada às ideologias de uma sociedade, através de um personagem que se desenvolve inserido num jogo argumentativo e polifônico. Isso, para Bakhtin (1992), seria um exemplo perfeito do novo estilo de criação surgido com Dostoiévski, saindo da base tradicional do eu-isso e entrando no campo dialógico, preferência de Bakhtin, explorando as relações do tipo eu-tu.

Em suas obras [as de Dostoiévski] aparece um herói cuja voz é construída da mesma maneira que se constrói a voz do autor num romance habitual. Agora é o herói que realiza o que o autor realizava. O autor não tem qualquer vantagem sobre o herói, não há nenhum excedente semântico que o distingua dele, e as duas consciências têm direitos perfeitamente iguais. As idéias do Dostoiévski pensador, entrando em seu romance polifônico [...], entabulam um grande diálogo com as outras imagens de idéias, em um pé de perfeita igualdade. (BAKHTIN, 1992, p.8)

Diante disso, em conformidade com o pensamento de Bakhtin (op. cit.), nosso trabalho procura analisar, através desse romance, não só o material da obra, mas como em parte ela é construída e identificar algo em sua estrutura que estará servindo de ponto de encontro e de interação entre material, forma e conteúdo.

A partir do final dos anos vinte, Bakhtin trouxe-nos um tema importante e que nos leva a identificar, no romance analisado, um importante papel da argumentação em sua construção estética. Ao falar sobre um tema relacionado com o criador e os seres criados por este, ele afirma que uma vida encontra um sentido somente se é vista do exterior, como um todo. Para isso, Bakhtin afirma:

A revolução de Dostoiévski, no plano estético (e ético), é comparável à de Copérnico, ou ainda à de Einstein, no plano do conhecimento do mundo físico [imagens favoritas de Bakhtin]: não há mais centro, e vivemos na relatividade generalizada. (BAKHTIN, 1992, p.8)

Entendendo esse ponto de vista de Bakhtin, seguimos o raciocínio de que no mundo contemporâneo em que vivemos não assumimos uma verdade absoluta e usamos mais de citações, ao invés de falar em nosso próprio nome. Diante disso, vamos destacar a presença da ironia de nosso personagem principal no romance *O advogado do diabo*, em procurar a verdade, como homem e como sacerdote, através de seus discursos argumentativos, muitas vezes realizados consigo mesmo. Assim, de acordo com Bakhtin, estaremos expondo a criação estética do romance, para identificarmos a exploração desse dialogismo, que coloca autor-narrador-personagem sem lugares privilegiados, mas em alternância de discursos argumentativos e muitas vezes reflexivos.

Para isso, recorreremos, também, ao *Tratado da argumentação*, de Chain Perelman (1996), que nos leva paralelamente a entender como a presença e a valorização da argumentação ajudam na criação estética de uma obra que participa da revolução estética romântica e por isso revela por si só o seu valor científico e literário. Pois, enquanto para Bakhtin,

a criação estética é, pois, um exemplo particularmente bem-sucedido de um tipo de relação humana: aquela em que uma das duas pessoas engloba inteiramente a outra e por isso mesmo a completa e a dota de sentido. (BAKHTIN, 1930, p.7)

e

a introdução da “verdade absoluta” num romance só pode vir de um “erro técnico” (p.47), pois o romancista não tem o direito de formular juízos absolutos. (p.46).

no *Tratado da argumentação - a nova retórica*, Perelman nos aponta uma análise que intercepta o raciocínio dialógico de Bakhtin.

As premissas da argumentação não são evidentes mas resultam de um acordo entre quem argumenta e seu auditório: são as opiniões de que falava Aristóteles. O saber fundado em tais premissas pode ser verossímil, ou não, mas nunca verdadeiro ou falso. (Perelman, 1996, XVI)

Assim, temos a construção desse romance que explora um jogo argumentativo realizado pelo autor, com um personagem que dialoga consigo mesmo a respeito de vários temas. Por encontrarmos nas afirmações de Bakhtin, que autores como Dostoiévski, por

exemplo, não só revolucionaram a criação estética, mas também valorizavam essa chamada exotopia, analisamos a importância e presença da argumentação na criação estética num romance psicológico, para entendermos como se dá essa construção vista por Bakhtin como de exterioridade. Além disso, temos a argumentação consigo mesmo, descrita por Perelman, como sendo um recurso usado pelo autor para mostrar a exotopia em seu próprio personagem que dialoga consigo mesmo, como se debatesse com um outro, que busca englobar o primeiro. Nessa perspectiva, então, fazemos um paralelo com as ideias de Perelman, em sua nova retórica, que fala da argumentação, do orador, do seu auditório, da construção dos argumentos e da importância da deliberação íntima como sendo do mesmo tipo da deliberação com o outro.

Assim, numa polifonia das vozes do autor-narrador-herói diante de temas como a morte e vida, igreja e ciência, vemos a tentativa do autor do romance de fazer valer a exotopia da construção estética da obra a partir da presença e da valorização da argumentação. A valorização da presença do outro para a caracterização dessa exterioridade fica evidente quando entendemos o que Perelman defende, ao afirmar que todo discurso é dirigido a um auditório; pois sabemos que todo ser humano precisa interagir para se dar o sentido de existir. E na interação, seja através de uma leitura, conversa, ou até de um sonho, a argumentação pode estar presente, dando sentido para as ideologias, instituições e pensamentos em geral que na verdade contribuem em muito para determinar o que somos, enquanto seres sociais em constante interação e comunicação.

CHAIM PERELMAN E A NOVA RETÓRICA

Podemos dizer que Chaim Perelman é um ícone nos estudos da teoria retórica dos últimos tempos. Nascido em Warsaw, Polônia, em 20 de Maio de 1912,¹ Perelman mudou-se com sua família para Bélgica em 1925 e teve contato com o estudo da retórica já na ensino fundamental, quando estudou *Elementos da retórica* de Richard Whately, 1828, entre outras obras, aprofundando seu conhecimento em silogismos e figuras de estilo. Perelman completou sua educação na Universidade de Bruxelas, onde conseguiu um doutorado em direito, em 1934, e um em psicologia, em 1938. Durante a segunda guerra mundial, foi líder de um movimento de resistência na Bélgica e no fim da guerra algumas medalhas por heroísmo foram lhe oferecidas, mas ele as recusou dizendo: “*My heart was in fire. I simply picked up a pail of water to douse the flames. I want no medals.*” (Meu coração estava em chamas. Eu simplesmente pus um pouco de água àquelas chamas. Não quero medalhas.) Depois da guerra ele voltou para a Universidade como professor de lógica, ética e metafísica. Mais tarde, ele serviu como diretor do Centro de Filosofia e Direito no Centro Nacional de Lógica e Pesquisa. Ele também recebeu diplomas honorários da Universidade de Florença e da Universidade Hebréia de Jerusalém. Por causa do seu interesse em direito, Perelman estudou a natureza da justiça no início de sua carreira; esses estudos levaram-no a desenvolver um conceito que ele então chama de “justiça formal” e que pode ser definido como um princípio de ação de acordo com o qual a existência de alguém e a mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma maneira. Perelman também descobriu que a aplicação desse princípio em casos particulares levantava questões de valores e à principal pergunta – Como nós raciocinamos sobre valores? –, Perelman obteve respostas insatisfatórias na literatura filosófica.

De fato, ele entendia que não se podia extrair de um “deveria” um “é”, isto é, extrair um julgamento de valor de um julgamento de fato. Isso o levou à conclusão de que se a justiça consiste numa sistemática implementação de certos julgamentos de valor, ela não se

¹ Informação biográfica em “Introduction” (PERELMAN, 2005).

apóia em qualquer fundação racional. Assim, Perelman e sua amiga, Lucie Olbrechts-Tyteca, decidiram investigar a maneira como autores em diversos campos usam argumentos para raciocinar sobre valores. Os métodos usados na investigação incluíram um estudo de específicos de argumentação com ênfase em questões de valor. Eles também estudaram exemplos específicos de discursos políticos, filosóficos, razões dadas por juízes para justificar seus veredictos e outras discussões diárias envolvendo deliberações sobre problemas de valor.

Os resultados obtidos então foram mais significativos do que eles esperavam, pois perceberam que uma parte da lógica de Aristóteles havia sido, por muito tempo, ignorada. Essa era a parte relacionada ao raciocínio dialético, algo distinto do raciocínio demonstrativo – chamado por Aristóteles de “analítico”, que foi demonstrado mais profundamente em *Retórica*, *Tópicos* e em *Refutações Sofísticas*. Diante desse novo, ou simplesmente recuperado, ramo de estudo, Perelman e Olbrechts-Tyteca se dedicaram à análise de uma nova perspectiva da argumentação, *The new rhetoric*.

Para nos referirmos à data do início desse trabalho, situamos seus estudos em 1958. Assim, com esses estudos apresentados num trabalho intitulado *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman defendia, então, que retórica e argumentação eram assuntos que haviam sido negligenciados ou que tinham sido estudados por métodos não humanísticos.

Mais tarde, como reconhecimento de sua importância para os estudos da argumentação, em 5 de Dezembro de 1983, uma lei foi promulgada na Bélgica tornando Perelman um barão, reconhecimento justo ao seu trabalho filosófico e ao renome que isto trouxe ao país. Mas, após um jantar para celebrar essa honra, junto com alguns amigos, em 22 de Janeiro de 1984, Perelman morreu de um ataque do coração em sua casa.

A necessidade de uma Nova Retórica

Perelman demonstrou que uma nova técnica era necessária porque a retórica acentuava recursos de estilo que faltavam no campo da racionalidade. Uma falta de prestígio da retórica no mundo contemporâneo, para Perelman, seria devida a comportamentos específicos na Grécia clássica. “Entre os antigos, retórica aparecia como

estudo de uma técnica para uso do homem comum, impaciente em chegar rapidamente a conclusões, ou para formar opiniões, em suma, sem primeiro dar-se ao trabalho de uma investigação prévia e séria sobre o assunto” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.7). Assim, por ter a retórica mostrado-se muito mais preocupada com o campo estilístico do que com o da racionalidade, ela não contou com o prestígio de importância histórica e respeito por parte dos filósofos.

Aristóteles havia dividido a retórica em três formas de oratória. Oratória forense ou fala judicial, que consistia em falar na corte do direito e que envolvia o campo do passado, como por exemplo se tal ato tinha ou não ocorrido. Em segundo lugar, a oratória deliberativa, ou a fala em uma assembleia legislativa, que diz respeito ao campo do futuro, como quais ações diretivas são aconselháveis em determinado problema. Por último, a oratória epidídica ou fala cerimonial, que consiste em louvor, falar favoravelmente de algo, ou não louvor, falar desfavoravelmente de algo.

As audiências tanto do discurso forense quanto do deliberativo tinham que julgar o discurso no mérito de seus conteúdos. “Era ou não era verdade que certa pessoa havia cometido um ato?” era uma pergunta que preocupava o orador forense. “É ou não é aconselhável ao governo adotar esta ou aquela medida?” era uma pergunta que o orador deliberativo precisava responder. Na oratória epidídica, no entanto, a audiência se colocava para julgar tendo como base a habilidade do orador. Aliás, séries de discursos eram entregues a grandes assembleias, como nos Jogos Olímpicos, onde a competição entre os oradores era usada para ajudar a dar boas vindas aos atletas e a habilidade do atleta-orador e seu talento para discursar davam uma coroa para o vencedor. Enquanto a fala deliberativa e forense se preocupava com problemas de política e fatos, a oratória epidídica se ocupava com questões de valor. Desde que isso estava baseado em valores, nenhum modelo de julgamento de conteúdo do discurso supostamente existia; assim, o público tinha que ser capaz de julgar sobre questões de habilidade.

Esse clássico tratamento da retórica parecia indicar que o público, embora capaz de julgar questões de fato e política em seus méritos, era incapaz de julgar questões de valor da mesma maneira. Perelman analisou a oratória epidídica, a forma de falar mais associada com valores, ser julgada no estilo, ao invés do conteúdo. Assim, sentiu necessidade de uma teoria da argumentação na qual valores pudessem se assentidos racionalmente, da mesma

forma que os fatos e políticas. Ele acreditava que questões de valor eram especialmente importantes para retórica. O gênero epidídico, então, para Perelman, era não somente importante, como, do ponto de vista educacional, essencial, além de cumprir seu papel de trazer um consenso de mentes da audiência em consideração a valores celebrados em seu discurso. Saber como um orador alcançava o assentimento de uma audiência tornou-se o interesse principal de Perelman.

A teoria de retórica de Perelman é uma teoria de argumentação. Argumentação, entretanto, não é o mesmo que lógica. Perelman acreditava que a argumentação é algo separado e distinto da demonstração ou lógica formal. Demonstração, segundo Perelman, “é um cálculo feito de acordo com regras previamente estabelecidas” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.15), enquanto a argumentação é o estudo das técnicas discursivas que “induzem ou aumentam a aderência das mentes às teses apresentadas para serem assentidas” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.4). A demonstração usa a linguagem matemática ($a/b = c/d$), enquanto a argumentação usa a naturalmente ambígua linguagem humana. Assim, a demonstração nos permite produzir uma conclusão (uma reivindicação) por raciocinar a partir de premissas, enquanto a argumentação tenta produzir aderência ao que é reivindicado.

A principal diferença entre argumentação e demonstração, de acordo com Perelman, é que a demonstração é impessoal e a argumentação é pessoal. Demonstração ou lógica formal é conduzida de acordo com um sistema que não está relacionado a pessoas, mas a argumentação é uma atividade centrada na pessoa. O campo da demonstração é o do cálculo – a dedução de conclusões validadas formalmente por conformidade a um conjunto de regras particulares –, enquanto para a argumentação não é o do cálculo, mas buscar aderência à uma tese, com o propósito de um “encontro de espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.16). A conclusão da demonstração é tida como certa, enquanto a conclusão de um argumento é uma probabilidade. Demonstração começa com axiomas que são tidos como considerações verdadeiras, independentemente do acordo da audiência com eles. Argumentação, por outro lado, é pessoal porque começa com uma premissa que a audiência aceita. Então, a conclusão da demonstração é evidente por si mesma, enquanto a conclusão de um argumento é uma que pode ser mais forte ou menos forte, mais ou menos convincente.

O auditório

A preocupação de Perelman com a argumentação, quando oposta à demonstração, levou-o a focalizar o auditório (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.20). Toda argumentação deve ser planejada em relação ao auditório: “um discurso deve ser ouvido, como um livro precisa ser lido” (PERELMAN, 2005, p.10). Algumas vezes, cientistas, por exemplo, tentam passar a idéia de que eles não se dirigem a uma audiência e que meramente reportam aos fatos. Perelman insiste que fatos não “falam”; “fatos” somente podem ser fatos quando a audiência consente em chamá-los de fatos (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.75,76). Além disso, Perelman acreditava que, para a argumentação ocorrer, um contato de mentes (espíritos), ou, nas palavras dele próprio, “uma formulação de uma efetiva comunidade de espíritos” deve existir (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.17). Este encontro de espíritos é um contato intelectual que requer o comprometimento de pessoas na argumentação para compartilharem algum *frame* de referência. Em alguns casos, é claro, o contato de espíritos pode ser inadequado. Perelman usa o exemplo de *Alice no País das Maravilhas* para mostrar como a falha em ter esse contato de espíritos resulta numa argumentação inexistente ou sem eficiência. Alice foi incapaz de se comunicar efetivamente com os personagens do País da Maravilhas porque as regras de conversação eram muito diferentes daquelas do ambiente natural de Alice. Um *frame* de referência compartilhado entre o falante e a audiência não existiu (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.17).

Outro interesse importante para Perelman era analisar como o auditório era definido, se estava limitado ao auditório a quem o falante se dirige fisicamente. Perelman, então, afirmou que essa limitação não podia ser imposta à sua definição. Disse também que “um membro do Parlamento Inglês pode se dirigir ao orador, mas ele pode ao mesmo tempo tentar persuadir aqueles que o ouvem na reunião”.

Em vez de se crer na existência de um auditório universal, análogo ao espírito divino que tem de dar seu consentimento à “verdade”, poder-se-ia, com mais razão,

caracterizar cada orador pela imagem que ele próprio forma do auditório universal que busca conquistar para suas opiniões. (PERELMAN, p.37)

Ao mesmo tempo, entretanto, situações existem em que o que fala pode escolher ignorar certas pessoas a quem a argumentação está realmente endereçada, porque eles estão além do apelo. Assim, Perelman define auditório, “para os propósitos da retórica, como *o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.22). Seu conceito de auditório consiste mais na concepção de auditório por parte de quem fala do que na presença física ou num grupo reunido para ouvir o discurso.

Perelman divide o auditório em dois tipos – particular e universal. O universal é composto de todas as pessoas racionais e competentes; o particular é qualquer grupo de pessoas, sendo ou não racionais ou competentes. O particular pode abranger pessoas que estejam fisicamente presentes e aquelas a quem, em um determinado período, estão endereçadas as palavras, um específico grupo alvo da argumentação. O auditório particular para um político, por exemplo, pode incluir todos os eleitores, embora o discurso seja apresentado somente para uma assembleia da liga de eleitoras femininas. Para um médico, pode ser um paciente, embora toda família esteja ouvindo seu discurso.

Agora, para o auditório universal, podemos ter toda a humanidade, ou só os competentes, formando uma infinidade de auditórios particulares (PERELMAN, 2005, p.14). O auditório universal é um conceito mental que o falante constrói; assim, cada cultura e, talvez, cada falante tenha um auditório universal diferente. O auditório universal geralmente não é um auditório de elite ou mesmo um auditório de profissionais em uma área. Aqueles que desejam considerar um auditório de elite podem correr o risco de considerar essa elite como pessoas que estão acima das pessoas comuns. O auditório universal não precisa ser composto por muitas pessoas; ele pode conter apenas uma pessoa ou até ser **a própria pessoa**. Uma argumentação diante de apenas um ouvinte pode incluir um filósofo tentando convencer outro a aceitar sua posição numa questão de ética. Igualmente, nós todos provavelmente estamos familiarizados com esse tipo de argumentação quando argumentamos com nós mesmos. Esses casos constituem argumentação para audiência universal somente quando o que fala escolhe argumentos que merecem consideração além da audiência particular. Nesses casos, “o interlocutor em um

diálogo e o homem em debate consigo mesmo são considerados como encarnação da audiência universal” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.45). A característica distintiva do auditório universal, então, “não depende do número de pessoas que ouvem o falante mas da intenção do falante: de quem ele quer a aderência?” (PERELMAN, 2005, p.18). O falante pode visualizar aqueles a quem o discurso é entregue – mesmo em uma instância de **deliberação consigo mesmo** – como o auditório universal.

O conceito de auditório universal serve como dois propósitos ao falante. Primeiro, serve como uma ajuda na escolha de argumentos e apelos ou como uma metáfora de ferramenta da imaginação. O falante começa com uma concepção do auditório universal e a partir dessa concepção toma decisões considerando os tipos de apelos que parecem mais apropriados para aquele auditório. Na seleção dos apelos e argumentos, o falante de fato está selecionando o auditório universal ou particular, para quem a argumentação é dirigida. Assim, a concepção do auditório ajuda o falante na seleção de apelos, sendo uma ferramenta usada na criação de um discurso.

Um segundo propósito do auditório universal é servir como uma norma ou um padrão para diferenciar “bons argumentos” de “maus argumentos”. Esse propósito parece ser mais relevante ao argumento filosófico do que ao argumento cotidiano. Perelman não considera verdade e validade em argumentação como coisas absolutas; argumentação deve fornecer uma variedade de interpretação da realidade: “Para reconciliar reivindicações filosóficas para a racionalidade com a pluralidade de sistemas filosóficos, nós devemos reconhecer que o apelo para a razão deve estar identificado não como um apelo a uma verdade única mas, pelo contrário, como um apelo pela adesão de uma audiência” (PERELMAN, 2005, p.285). Pois vários auditórios e vários membros do auditório terão, é claro, concepções variadas do que deve ser fornecido antes que o assentimento seja dado. Assim, um argumento endereçado a um auditório particular pode ser persuasivo para esse auditório, mas não para o auditório universal.

O ponto de partida da argumentação

O propósito da argumentação é mover um auditório, de acordo com as premissas, para um acordo de uma conclusão comum entre os interlocutores. Assim, o processo de argumentação é diferente daquele da demonstração, em que o propósito é produzir “verdade” através do raciocínio, das premissas à conclusão. Nas palavras de Perelman, “o alvo da argumentação não é, como o da demonstração, provar a verdade da conclusão das premissas, mas transferir à conclusão a adesão acordada nas premissas” (PERELMAN, 2005, p.21). Embora as conclusões da argumentação possam ser incertas e inaceitáveis para uma audiência, o processo de argumentação começa com premissas que a audiência aceita. Para explicar esse processo, Perelman faz distinção entre pontos iniciais que lidam com a **realidade** (fatos, verdades e presunção) e aqueles concernentes ao **preferível** (valores, hierarquias e o *loci* – local – do preferível).

Ponto de partida referente à realidade

Fatos, verdades e presunções estão entre os pontos iniciais da argumentação que se referem à realidade. Fatos e verdades são “caracterizados por objetos que já são aceitáveis pelo auditório universal” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.75). Desde que o status de algo como sendo um fato depende do acordo da assembléia universal, não existe uma maneira de definir “fato” de um modo que nos permitiria, a qualquer tempo, classificar este ou aquele dado concreto como um fato. Um fato é um fato devido à concordância feita pelo auditório universal. Enquanto sua “verdadeira” correspondência às estruturas da realidade não é o assunto, a concordância universal é alcançada quando pessoas percebem que os dados estão enraizados naquelas estruturas da realidade, conquanto Perelman afirma que “nós somos confrontados com o fato somente se nós podemos postular um não controverso acordo universal com respeito a isso” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.75,76). Já que para os fatos há acordo universal, eles não são matéria para a argumentação. A adesão ao fato não requer justificção e a audiência não espera reforço para isso. Em suma, um fato perde seu status privilegiado de fato quando é sua conclusão o ponto inicial do argumento, pois o acordo inicial é, precisamente, o critério que define o fato. Nos dias de Cristóvão Colombo, por exemplo, um “fato” bem

aceito era que a terra era plana. Essa idéia foi defendida com o status de fato, não porque representava a verdade, mas por causa do acordo sobre ela.

Verdades são similares aos fatos, porque ambos se valem de acordo universal. Perelman usa o termo “fato” para se referir a um dado particular e o termo “verdade” a um princípio mais abrangente conectando fatos uns aos outros (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.77). Tanto os fatos como as verdades servem como pontos iniciais para argumentação em relação à realidade.

Presunções são o terceiro ponto inicial da argumentação, sustentado na natureza da realidade. Presunções, como fatos e verdades, precisam de acordo universal: “Nós habitualmente associamos presunção com aquilo que acontece e com aquilo com o qual se pode contar.” Diferentemente de fatos e verdades, porém, a adesão da audiência a presunções pode ser maximizada; assim, presunções podem ser reforçadas pela argumentação. Falantes se comprometem na argumentação preliminar em estabelecer certas presunções ou em reforçar aquelas nas mentes da audiência. De acordo com Perelman, a audiência espera aquilo que é normal e semelhante a algo já existente, e as presunções são baseadas nessas expectativas. Por exemplo, audiências esperam pessoas boas cometerem boas ações e pessoas más cometerem más ações; pessoas confiáveis dizerem a verdade, mentirosos dizerem mentiras e pessoas racionais agirem de modo sensível.

Fatos, verdades e presunções são semelhantes no fato de lidarem com a realidade e aproveitarem de acordo da audiência universal. Presunções diferem de fatos e verdades porque aquelas podem ser violadas, considerando que fatos e verdades não possam. Nós presumimos que pessoas boas vão praticar boas ações, mas sempre encontramos exceções.

Ponto de partida referente ao preferível.

Enquanto fatos, verdades e presunções são pontos iniciais da argumentação em relação à realidade, valores, hierarquias e lugares do preferível estão baseados no preferível (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.83).

A frase: “Belo Horizonte é uma grande cidade”, por exemplo, é classificada como um fato no esquema de Perelman. Em contraste, a frase “Grandes cidades não são lugares bons para se viver” é classificada como um julgamento de valor. Ambos conjuntos de idéias são pontos iniciais para argumentação; a principal diferença entre elas é que fatos, verdades e presunções lidam com problemas de realidade, enquanto valores, hierarquias e lugar lidam com problemas de preferência. Enquanto fatos, verdades e presunções procuram a adesão da audiência universal, valores, hierarquias e lugares procuram a adesão do auditório particular.

Perelman divide valores em dois tipos – abstratos e concretos. Valores são chamados abstratos quando não estão presos a uma pessoa ou instituição particular. “Verdade” e “justiça” são exemplos desse tipo de valores. Valores são considerados concretos quando estão ligados a uma pessoa, instituição ou objeto. Pessoas que argumentam pelo status quo, de acordo com Perelman, são mais propensas a começar seus argumentos com valores concretos, porque esses são mais persuasivos quando “alguém deseja preservar mais do que renovar”. Por outro lado, aqueles que argumentam para mudar são mais propensos a começar sua argumentação com valores abstratos. Valores abstratos podem ser usados para crítica, porque eles não são respectivos a pessoas e parecem fornecer critérios para alguém que queira mudar a ordem estabelecida (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.89).

Já as hierarquias são até mais importantes do que valores. Elas se referem ao modo como os valores são arranjados em termos de importância, como na “superioridade dos homens em relação aos animais, de deuses sobre os homens”, ou na importância de um julgamento justo sobre a liberdade de imprensa. Selecionar valores que a audiência aceita normalmente é uma questão simples, determinar como a audiência compara um valor com outro é muito mais difícil:

A maioria dos valores são, de fato, compartilhados por um grande número de audiências, e uma audiência particular é caracterizada menos por aqueles valores que ela aceita do que pela maneira como ela o valoriza. Valores podem ser admitidos por diferentes auditórios, mas o nível de sua aceitação irá variar de um auditório para outro. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.92)

Avaliar hierarquias pode ajudar a clarear a inter-relação entre valores concretos e abstratos porque um valor abstrato pode ser usado para estabelecer uma hierarquia entre valores concretos. Como no caso dos valores, hierarquias também podem ser classificadas em concretas e abstratas. A superioridade do homem sobre os animais é uma hierarquia concreta pois está relacionada a objetos específicos. A superioridade do justo sobre o útil é um exemplo de uma hierarquia abstrata, pois esses valores não se aplicam a objetos particulares. Hierarquias também podem ser classificadas, segundo Perelman, como homogêneas e heterogêneas. Uma hierarquia homogênea é aquela que compara valores similares. Por exemplo, o perigo de uma doença grave e de uma doença mais suave. Uma hierarquia heterogênea é mais difícil de determinar, já que os valores são diferentes e frequentemente podem levar a um conflito. Os valores honestidade e verdade podem ser entrar em conflito, por exemplo, quando você se aproxima de uma amiga que está vestindo um vestido definitivamente feio e ela lhe pergunta: “O que você acha do meu vestido?” A resposta a esta pergunta ilustra a hierarquia de valor heterogênea relativa a valores como honestidade e gentileza. A necessidade de consideração de hierarquias de valor, particularmente os heterogêneos, é aparente, já que a perseguição simultânea de certos valores leva a incompatibilidades que nos forçam a fazer escolhas entre eles.

Além dos valores de hierarquia, Perelman isola um terceiro ponto inicial de argumentação relacionado ao preferível, que ele designa como “*loci*”. *Loci* (lugares), também chamados de “tópicos” ou “*topoi*”, são geralmente títulos correspondentes às maneiras que as hierarquias de valor podem ser organizadas. Como os valores podem ser arranjados de acordo com as hierarquias, hierarquias são arranjadas de acordo com os lugares. Perelman aponta para dois tipos de lugares— o geral e o especial. Lugares-comuns são afirmações sobre o que está presumido como de maior valor em qualquer circunstância, enquanto lugares especiais se referem ao que é preferível em situações específicas (PERELMAN, 2005, p.29,30).

Perelman descreve seis locais do preferível: quantidade, qualidade, ordem, existência, essência e pessoa. Os locais de quantidade e qualidade podem ser usados para se explicar como hierarquias de valor podem ser arranjadas de acordo com o lugar. Se as hierarquias de valor de uma pessoa são achadas no local da quantidade, essa pessoa provavelmente irá argumentar pelo maior bem e pelo maior número. Por outro lado, uma

pessoa cujas hierarquias de valor são organizadas de acordo com o local de qualidade, provavelmente, irá argumentar por algo baseado na sua singularidade.

O sistema de Perelman, então, inclui pontos iniciais de argumentação que se sustentam no preferível, bem como aqueles que se apóiam na realidade. Ele conclui que, com a finalidade de se dirigir ao auditório, um orador deveria considerar os valores, hierarquias e lugares do preferível que são aceitáveis ao auditório.

Presença e contato de espíritos

Por causa da perspectiva de Perelman incluir uma variedade de pontos iniciais e um foco principal na audiência, a “escolha” é um importante fator em sua concepção de argumentação. Diferentemente de um matemático ou de um computador, engajados em raciocínio analítico, o orador ou falante engajado na argumentação deve escolher entre vários pontos iniciais disponíveis, para decidir como criar presença e comunhão.

Um importante elemento na perspectiva de Perelman sobre retórica é o conceito de presença (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.42,115). Quando um falante tem uma variedade de elementos de argumentação entre os quais escolher, “o orador deve selecionar elementos, nos quais ele foca sua atenção, dotando-os de uma “presença” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.132). Certos elementos em nossa percepção, dependendo da situação, podem parecer mais importantes ou especiais do que outros elementos. Presença, então, é a disposição de certos elementos nos quais o falante deseja centrar sua atenção a fim de que eles possam ocupar o primeiro plano da consciência do ouvinte.* Uma maneira de explicar a noção de presença é pelo uso da metáfora de figuras e pano de fundo. Uma pessoa de pé num topo de uma montanha, olhando para um vale, pode ver muitas árvores, uma lago e um rio juntos com outros objetos. Quando aquela pessoa foca em uma árvore, a árvore se torna a figura e o resto dos objetos tornam-se o pano de fundo. Na visão de Perelman, poderíamos dizer que a árvore alcançou “presença” na percepção daquela pessoa.

Um papel da argumentação é criar presença e assim, importância. Para ilustrar esse conceito, Perelman conta uma história chinesa na qual um “rei vê passar um boi que deve

ser sacrificado. Sente piedade dele e ordena que o substituam por um carneiro. Confessa que isso aconteceu porque estava vendo o boi e não via o carneiro” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.132; PERELMAN, 2005, 35). Outros exemplos da função da presença podem ser vistos em objetos reais, tais como a apresentação da arma de um crime ou do filho de uma vítima. Esses objetos podem ser apresentados à audiência para estabelecerem presença.

Estabelecer a presença do que está ausente, entretanto, é uma tarefa difícil, mas freqüentemente importante. Através do uso da argumentação, um advogado pode levar um júri a “viver” uma situação que ocorreu no passado, um legislador pode ajudar uma audiência a imaginar como o mundo seria melhor se uma lei fosse criada e um sacerdote pode levar seu público a distantes lugares e tempos que existiram antes de seus nascimentos ou existirão depois de suas mortes. O conceito de presença implica que um falante tem a habilidade de “tornar presente, por mágica verbal somente, o que de fato está ausente, mas que ele considera importante para seu argumento, ou valorizar, tornando mais presentes, certos elementos efetivamente oferecidos à consciência” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.132). Alguém poderia argumentar que os elementos da argumentação que são fisicamente apresentados são mais importantes para se argumentar, já que são mais persuasivos, mas Perelman nos alerta contra essa crença. Freqüentemente, ele reivindica que as idéias mais persuasivas são mais abstratas e não representadas fisicamente por objetos presentes; nesses casos, as técnicas de apresentação apontam para o que a criação de presença pode causar naquelas idéias para garantir sua importância para a audiência. A perspectiva de Perelman em retórica, então, não nos limita ao uso de pontos iniciais concretos, mas nos permite expandir a variedade de pontos iniciais apropriados para incluir aqueles que não são tangíveis.

Além de criar presença, a argumentação também estabelece comunhão com a audiência. “Comunhão” é o termo de Perelman para estabelecer comunhão ou identificação com a audiência, e ele crê que o falante que estabelece tal ligação está mais propenso a persuadir que o que não a estabelece. Por exemplo, um falante poderia estabelecer comunhão com um grupo de membros do PT, contando suas dificuldades na formação de sindicatos no início do partido.

Técnicas de apresentação

Perelman introduz várias técnicas de apresentação, ou aspectos estilísticos de argumentos, que são usados para estabelecer presença e comunhão. Ele reconhece que essas técnicas tem sido desenvolvidas ao ponto de seus “estudos tornarem-se um material completo sobre retórica” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.161), mas também viu isso de uma forma substancialmente diferente do que os outros viam no estudo tradicional da retórica. Ele não só considera as técnicas de apresentação em relação ao seu aspecto estilístico, mas, além disso, oferece uma profunda consideração das técnicas de apresentação como tendo uma função importante para argüir e assistir no trabalho de comunhão, presença e adesão.

Para Perelman, o estilo ou a forma de um argumento não pode estar separado de seu conteúdo: “A apresentação de dados está necessariamente conectada a problemas de linguagem. A escolha de termos para expressar os pensamentos do falante tem sempre significância na argumentação.” Perelman afirma que a intenção argumentativa de um falante está carregada pela escolha de uma palavra sobre outra. Por exemplo, quando uma pessoa é descrita como quem “tem uma disposição para induzir ao erro”, seu significado comunicado é diferente de quando uma pessoa é descrita como um *mentiroso*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.169).

Para o falante, a argumentação envolve a escolha de dados e técnicas de apresentação para garantir presença e comunhão. Para o ouvinte, ela envolve escolhas entre várias interpretações que poderão ser nomeadas pelos dados do falante. A esse respeito, a argumentação sustenta-se em contraste com a lógica formal. O estudo da argumentação, então, deve levar em conta o estudo da linguagem humana e o problema da interpretação. Nas palavras de Perelman, “o estudo da argumentação nos obriga, de fato, a levar em conta não só a seleção dos dados, mas igualmente o modo como são interpretados, o significado que se escolheu atribuir-lhes” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.137). Assim, é claro que as técnicas de apresentação do falante e as escolhas interpretativas do ouvinte estão inter-relacionadas.

Técnicas de argumentação

Uma substancial parte da perspectiva de Perelman sobre retórica está relacionada a técnicas de argumentação. As duas principais categorias de técnicas são chamadas de “ligação” e “dissociação”. A argumentação na forma de ligação “*allows for the transference to the conclusion of the adherence accorded the premises*”, enquanto a argumentação na forma de dissociação “*aims at separating elements which language or a recognized tradition have previously tied together*” (PERELMAN, 2005, p.49).²

Técnicas de ligação

Técnicas de ligação buscam estabelecer uma ligação entre um ponto inicial do argumentador e sua tese. Por exemplo, um falante pode usar o valor da vida como ponto inicial e tentar criar uma ligação ou ponte entre vida e o ato do aborto, a fim de convencer uma audiência de que aborto é imoral. Perelman mostra como a ligação pode ser criada por argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura da realidade e argumentos que tentam estabelecer a estrutura da realidade.

Argumentos quase-lógicos são similares à lógica formal e, de fato, muito de sua força persuasiva é alcançada por essa semelhança. Já que as pessoas estão inclinadas a aceitarem reivindicações baseadas na lógica, este tipo de argumento parece particularmente persuasivo. Ainda, eles diferem da lógica formal porque buscam a adesão da audiência, mais que demonstrar.

Um tipo comum de argumento quase-lógico é similar, em forma, ao silogismo. Participantes no debate público sobre aborto, freqüentemente, usam esse tipo de argumento quase-lógico quando eles querem afirmar que “aborto viola a santidade da vida” ou “leis proibindo o aborto violam a liberdade de escolha”. Em cada um desses casos, “Santidade de vida” ou “liberdade de escolha” é análogo a um termo em um silogismo, enquanto “aborto”

² “Permite a transferência da adesão acordada nas premissas, para a conclusão” / “reivindica a partir de elementos separados que a língua ou uma tradição reconhecida tenham previamente ligado.” (tradução nossa)

ou “leis que proíbem o aborto” é análogo a outro termo. Na forma silogística, esses argumentos poderiam aparecer da seguinte maneira: Premissa maior: a santidade da vida é um valor absoluto. Premissa menor: o aborto viola a santidade da vida. Conclusão: aborto viola um valor absoluto. E no segundo caso, teríamos: Premissa maior: liberdade de escolha é um valor absoluto. Premissa menor: leis que proíbem o aborto violam a liberdade de escolha. Conclusão: leis que proíbem o aborto violam um valor absoluto.

Outro argumento quase-lógico é o da incompatibilidade. O peso da incompatibilidade em argumentação é similar ao peso de violar a lei de não-contradição na lógica formal. Na lógica formal, uma contradição consiste em duas afirmações que são inconsistentes uma com a outra. E incompatibilidade na argumentação ocorre quando nós nos achamos diante de uma posição que parece estar em conflito com uma previamente assumida. Uma criança, por exemplo, enfrenta uma incompatibilidade quando instruída por um professor, “nunca conte uma mentira”, e quando ordenada por um pai, “diga ao cobrador do cinema que você tem apenas onze anos para podermos pagar meia”. A pessoa que diz à outra “Como você pode ser contra o aborto legal e a favor da pena de morte?” está usando um argumento de incompatibilidade.

Uma maior diferença entre incompatibilidade e contradição é que nós podemos escapar de uma incompatibilidade, mas não podemos quebrar a lei de não-contradição. A criança que mente sobre sua idade na bilheteria do cinema pode racionalizar que sua mentira não passa de apenas “mentirinha”; o advogado anti-aborto pode dizer: “mas, veja você, eu apenas estou a favor de proteger uma vida ‘inocente’”. Alguém pode escapar de uma incompatibilidade, mas não de uma contradição; “X” nunca pode ser “não-X”.

Já os argumentos baseados na estrutura da realidade são baseados em associações de sucessão e coexistência. Perelman afirma que essa é outra maneira de se estruturar a realidade. Argumentos baseados na associação de sucessão envolvem a relação entre fenômenos de um mesmo nível, tais como causa e efeito, enquanto argumentos baseados na associação de coexistência envolvem relação entre fenômenos de níveis diferentes, tais como ato e essência.

Um exemplo de uma associação de sucessão é o “argumento pragmático”, o qual é determinado pelas suas conseqüências. Para produzir uma boa razão para uma ação, usando

o argumento pragmático, um falante poderia argumentar que a pena de morte é desejável porque ela é capaz de diminuir a criminalidade.

O segundo tipo de associação baseada na estrutura da realidade envolve associações de coexistência. Essas envolvem os relacionamentos entre fenômenos de diferentes níveis, tais como relacionamento entre uma pessoa e um ato. Esse relacionamento é menos direto do que o relacionamento entre causa e efeito, que são do mesmo nível. Associações de coexistência “são baseadas na ligação que une uma pessoa a suas ações. Quando generalizamos, esse argumento estabelece a relação entre a essência e o ato”. Perelman chama o argumento sobre pessoa e ato de “caso protótipo de uma ligação” (PERELMAN, 2005, p.90), pois esse é normalmente desenvolvido afirmando que uma pessoa pode ser julgada pela qualidade dos seus atos cometidos. Um orador pode afirmar que Sadan é uma pessoa má, pois cometeu más ações.

Argumento de autoridade é outra associação de coexistência que depende de um relacionamento entre pessoa e ato. Esse tipo afirma que alguma proposição deveria ser aceita porque ela é aceita por uma pessoa importante e bem qualificada. Isso é visto em várias propagandas que usam artistas para influenciarem os consumidores. Segundo Perelman, argumento de autoridade é viável somente na falta de argumentos melhores.

Enquanto associações de sucessão e coexistência são argumentos baseados na estrutura da realidade, há uma outra categoria de argumentos que tenta estabelecer a estrutura da realidade. Esses argumentos se dividem em dois tipos: (1) argumentos por exemplos, ilustração e modelo; (2) argumentos por analogia.

Argumentar por meio de exemplos consiste em usar exemplos para criar uma generalização. Um ou dois professores que se esquecem facilmente onde colocaram suas canetas ou chaves podem servir para uma generalização sobre a memória dos professores em geral. Além de se moverem de um caso particular para o generalizado, o exemplo na argumentação pode ser usado também de um caso particular para outros casos particulares.

Enquanto argumentação por exemplos serve para estabelecer uma predição ou uma regra, a argumentação por ilustração serve simplesmente para ilustrar aquela regra. Assim, a ilustração é usada para clarificar ou fazer saliente uma regra que foi estabelecida como exemplo. Perelman explica que:

“a transição do exemplo para ilustração ocorre quase imperceptivelmente em casos nos quais uma regra é justificada antes de ser ilustrada. Os primeiros exemplos precisam ser geralmente aceitos, desde que seu papel seja dar credibilidade à regra; os outros, uma vez que a regra tenha sido aceita, serão sustentados por ela.” (PERELMAN, 2005, p.108)

A argumentação por modelos trabalha com a apresentação de um específico caso a ser imitado. Se, por exemplo, você faz um argumento de que as qualidades de um professor superior estão exemplificadas em fulano, você não está estabelecendo uma generalização de que todos os professores são como aquele destacado, mas está dando à audiência um modelo de um professor que pode ser imitado. Argumentação por anti-modelo também pode ser usada. Tal argumento consiste em mostrar exemplos a não serem imitados ou a serem evitados.

A segunda categoria de argumentos que tentam estabelecer a estrutura da realidade consiste em argumentação por analogia e metáfora. Uma analogia é um argumento que tenta ganhar a adesão sobre uma relação que existe em um par (chamado “tema” da analogia), por causa da similaridade deste em relação a um outro par (chamado “foro” da analogia). Uma metáfora, também importante na argumentação, é uma analogia condensada na qual o tema e o foro estão juntos. Algumas vezes expressões metafóricas se tornam lugar tão comum que nós esquecemos que estamos lidando com metáforas. (PERELMAN, 2005, p.120)

Técnicas de dissociação

Enquanto argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura da realidade e argumentos que estabelecem essa estrutura são criados por ligação, outros argumentos são estabelecidos por um processo de dissociação. O desenvolvimento de Perelman em argumentos por dissociação é importante para sua perspectiva em retórica, já que esse tipo de argumento é um que sempre está ignorado em outras perspectivas. Esse processo ocorre quando uma idéia é dividida em duas, a fim de se evitar uma incompatibilidade. Quando alguém está diante de uma incompatibilidade causada por crer que tirar a vida de outro ser humano é errado, mas ao mesmo tempo crê que o aborto é aceitável, usa a argumentação

para dissociar o conceito de “vida” em dois conceitos separados: “vida em geral” e “vida humana”. A primeira pode ser definida para incluir todos os organismos que crescem e se desenvolvem, enquanto a segunda é definida como aquela que contém apenas as formas de vida que possuem certas qualidades de humanidade, como vontade livre.

Fazer um argumento baseado no processo de dissociação consiste na apresentação de pares filosóficos, uma apresentação que toma a forma do que Perelman chama de “termo I” e “termo II”. Termo I corresponde à aparência, enquanto o termo II corresponde à realidade. No exemplo acima, “vida em geral” corresponde ao termo I e está associada a “vida humana” ou termo II. Assim, o termo II é entendido somente em comparação ao termo I e age para “eliminar a incompatibilidade que possa aparecer na relação das duas posições” (PERELMAN, 2005, p.127).

A ARGUMENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO HERÓI NO ROMANCE *O ADVOGADO DO DIABO*

A relação do autor com o herói, tal como se inscreve em sua arquitetônica estável e em sua dinâmica viva, deve ser compreendida tanto sob o ângulo do princípio básico a que obedece, quanto sob o ângulo das particularidades individuais de que ela se reveste neste ou naquele autor, nesta ou naquela obra. (BAKHTIN, 2000)

A própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência. O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável... (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996)

De acordo com Bakhtin (2000), em sua introdução no capítulo “O problema do herói na atividade estética”, podemos pensar numa análise descritiva de um princípio básico da relação entre o autor e o herói de *O advogado do diabo* para, depois, podermos identificar as particularidades individuais argumentativas que participam da atividade estética nesse romance como sendo do campo das particularidades individuais dessa relação.

Concomitantemente, vemos, segundo Perelman (op. cit), uma abertura para podermos relacionar a argumentação à criação estética. Por ser a argumentação ligada ao campo do verossímil e do provável, na criação estética de um romance que valoriza o discurso argumentativo temos um excelente objeto para defendermos a importância da argumentação na atividade estética, bem como na exotopia dessa criação.

A objetivação ética e estética necessita de um poderoso ponto de apoio, situado fora de si mesmo, de uma força efetiva, real, de cujo interior seja possível ver-se enquanto outro. (BAKHTIN, 2000, p. 51)

De onde vêm esses elementos, sejam eles verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares ao autor, eis questões que o lógico formalista considera alheias à sua disciplina. Mas, quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente,

considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. **Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual.** (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.16)

Talvez seja esta a relação mais importante na criação estética de *O advogado do diabo*: o autor e o herói colocam-se como oradores notáveis que, por terem ascendência sobre outrem, parecem animados pelos próprios objetos com os quais se relacionam, pelo próprio espírito de seu auditório. Essa ascendência se identifica tanto com a capacidade de persuasão estudada em Perelman, quanto com a exotopia da criação verbal de Bakhtin. Pois, na visão de Bakhtin, temos dois campos distintos: um da vida e o outro da obra de arte. Na vida, o que interessa não é o todo do homem, mas os atos isolados com os quais nos confrontamos e que, de uma maneira ou de outra, nos dizem respeito. E, como ele próprio defendeu, é em nós mesmos que somos menos aptos para perceber o todo da nossa pessoa. Mas, na obra de arte, em compensação, mesmo diante das reações do autor às manifestações isoladas do herói, há uma reação global ao todo do herói cujas manifestações isoladas adquirem importância no interior do todo, na qualidade de componentes desse todo (BAKHTIN, 2000, p.26). Assim, para Bakhtin, é uma postura ético-cognitiva que julga, determina e assegura um acabamento (significante) ao todo da obra. E é no campo dessa reação ao objeto que o próprio objeto fica determinado. Podemos então conjecturar que, quando argumentamos, criamos uma relação ético-cognitiva com o objeto (seja na vida, no ato ou na cognição) para determiná-lo e deixamos de pensar que é o objeto, por si só, que se determina para nós. Pois, o herói do romance, na vida, no cotidiano e por seus discursos institucionalizados, se organiza em um todo.

...o herói revelará muitos disfarces, máscaras aleatórias, gestos falsos, atos inesperados que dependem das reações emotivo-volitivas do autor... este terá de abrir um caminho através do caos dessas reações para desembocar em sua autêntica postura de valores e para que o rosto da personagem se estabilize, por fim, em um todo necessário. (BAKHTIN, 2000, p.26)

Bakhtin, afirma que:

O artista que luta por uma imagem determinada e estável de um herói luta, em larga medida, consigo mesmo. (BAKHTIN, 2000, p.27)

Mais um ponto de relação entre a argumentação segundo Perelman e a estética da criação verbal de Bakhtin pode ser defendido: o papel da argumentação consigo mesmo define também as relações do autor-herói com seus respectivos objetos.

Para Perelman, para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. Em contrapartida, defende que para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir. Nesse momento, Perelman cita Dumas:

Na persuasão, o indivíduo se contenta com razões afetivas e pessoais. (PERELMAN, p.30)

A estética da criação verbal em *O advogado do diabo* tem caráter persuasivo, pois se vale de estratégias argumentativas que lhe passam o perfil de um romance de auto-ajuda. Essas estratégias, que serão analisadas mais adiante, pressupõem o que Perelman questiona sobre os âmbitos da argumentação.

Cada homem crê num conjunto de fatos, de verdades, que todo homem “normal” deve, segundo ele, aceitar, porque são válidos para todo ser racional. Mas será realmente assim? (PERELMAN, p.31)

Essa seria a problemática que o romance, talvez de caráter de auto-ajuda, tentaria trabalhar com seus leitores? Sabemos que a convicção e a persuasão, sendo distintas apenas pela oposição em subjetivo-objetivo, também segundo Kant, excluiria a argumentação não-coerciva da filosofia, defendendo apenas a prova puramente lógica. A partir do momento que se admite que existem outros meios de prova, além da prova necessária, a argumentação supera a crença puramente subjetiva. Assim, de acordo com o posicionamento de Perelman, podemos aceitar e colocar a persuasão do lado da ação e a convicção do lado da inteligência. (PERELMAN, p.32). Kant afirma que:

Quando é válida para cada qual, ao menos na medida em que este tem razão, seu princípio é obviamente suficiente e a crença se chama convicção. Se ela tem seu fundamento apenas na natureza particular do sujeito, chama-se persuasão. A persuasão é mera aparência, porque o princípio do juízo que está unicamente no sujeito é tido por objetivo. Assim, um juízo desse gênero só tem um valor individual e a crença não pode comunicar-se... Logo, a persuasão não pode, na verdade, ser distinguida subjetivamente da convicção se o sujeito imagina a crença

apenas como um simples fenômeno de seu próprio espírito; mas a experiência que se faz no entendimento dos outros, dos princípios que são válidos para nós, a fim de ver se eles produzem sobre uma razão alheia o mesmo efeito que sobre a nossa, é um meio que, mesmo sendo somente subjetivo, serve não para produzir a convicção, mas para descobrir o valor particular do juízo, ou seja, o que nele é apenas simples persuasão... Posso guardar para mim a persuasão, se me dou bem com ela, mas não posso, nem devo fazê-la valer fora de mim. (KANT,)

Mas, para nós, como afirma Perelman, a diferença entre os termos convencer e persuadir deve permanecer imprecisa, pois nosso ouvinte também imagina a transferência, para outros auditórios, dos argumentos que se lhe apresentam e se preocupa com a acolhida que lhes seria concedida. Pois, ao passo que as fronteiras entre a inteligência e a vontade, entre a razão e o irracional, podem constituir um limite preciso, a distinção entre diversos auditórios é muito mais incerta.

Bakhtin afirma que todos os componentes de uma obra nos são dados através da reação que eles suscitam no autor e destaca que essa reação pode ser em relação ao objeto em si, ou uma reação à reação do herói ao objeto. Diante disso, podemos analisar no romance de Morris West que a modificação das particularidades do herói, seus traços característicos, os episódios de sua vida, seus atos, pensamentos e sentimentos, dão-se do mesmo modo que na vida reagimos com um juízo de valor a todas as manifestações daqueles que nos rodeiam. Mas, de acordo com nossa posição ao relacionar a argumentação com essas manifestações pessoais e sociais do orador-personagem e orador-autor, defendemos a idéia de que essa argumentação não procura visar apenas a um auditório particular, pois forçaria o orador a se adaptar ao modo de ver de seus ouvintes, excluindo outros, ou a maioria do seu discurso. Como se trata, ao nosso ver, de um discurso de auto-ajuda, que leva o leitor a reflexões pessoais e sociais, o romance procura atrair a adesão de seu leitor, tratando com prudência os seus argumentos, isto é, com estratégia para se adequar ao máximo de leitores possível, contando com argumentos de aprovações unânimes, especialmente sobre o tema universal da morte, do sacrifício e das virtudes. Como afirma Perelman,

uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas. (PERELMAN, p.35)

Essa abordagem temática universal apresenta outro lado que consiste na argumentação consigo mesmo, explorada no romance, e na similar argumentação provocada no leitor em relação aos conteúdos explorados e debatidos na obra. Pois, em vez de se crer na existência de um auditório universal, análogo ao espírito divino que tem de dar seu consentimento à verdade, poder-se-ia, com mais razão, caracterizar cada orador pela imagem que ele próprio forma de auditório universal que busca conquistar para suas opiniões. (PERELMAN, p 37). Diante dessa concepção, podemos afirmar que, como cada cultura e cada indivíduo têm sua própria concepção do auditório universal, um romance-discurso que se oferece para se inserir nessas variações, além de muito instrutivo em sua análise, nos faria conhecer, segundo o pensamento de Perelman, o que os homens consideram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*. Por isso, podemos ver o romance como um texto de auto-ajuda, pois cumpre o seu papel de levar o leitor a se inserir no contexto, ao invés de provocar uma reação de desqualificação ou de considerá-lo anormal ou estúpido.

Mas ainda analisando o caráter de auto-ajuda do romance, bem como sua criação estética, podemos questionar o que é feito hoje de errado nos discursos de auto-ajuda. Algo que o próprio Bakhtin expõe:

... a confusão total entre o autor-criador, componente da obra, e o autor-homem, componente da vida, com total ignorância do princípio criador existente na relação do autor com o herói. (BAKHTIN, 2000, p.31)

Um autor, mesmo por causa da natureza argumentativa do ato de se comunicar (discursar), acaba convertendo seu herói no porta-voz de suas próprias idéias, segundo seu a-sujeitamento (político, social), com intuito de torná-las verídicas, com o objetivo de difundi-las, mas não respeitando o princípio estético da relação com o herói. (BAKHTIN, 2000, p.30) Além do mais, em temas universais, o auditório é muitas vezes subestimado e considerado não como um auditório particular, mas como sendo universal, supondo que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação, adotariam as mesmas conclusões. Como diz Findlay, em uma citação de Perelman (p.38):

Apelamos, para além das cabeças irrefletidas da sociedade presente, para a grande sociedade das pessoas refletidas, onde quer que ela possa ser situada no espaço ou tempo.

Ademais, aquele que defende um determinado ponto de vista está convencido de que se trata de uma tese que é obviamente a melhor e de que seu triunfo é o triunfo da boa causa.

Diante disso, podemos ressaltar o que Perelman defende ao afirmar que o diálogo, atividade diária de discussão persuasiva, é o que menos chamou atenção dos teóricos, que o colocavam alheio à sua disciplina retórica.

Esse diálogo é muito mais valorizado quando é visto não só como um meio de debate, mas principalmente como meio de discussão. Num debate, como afirma Perelman (p.41,42), as convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários, mas uma discussão apresenta-se como oportunidade para interlocutores buscarem honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido. Assim, temos a discussão como instrumento ideal para chegar a conclusões objetivamente válidas. O que mais se poderia valorizar num estudo de um romance em que, baseados nos diálogos e na presença constante da argumentação, os personagens discutem seus problemas através da discussão do problema de um outro. Numa visão superficial, propositada, discutem o problema de um outro, mas paralelamente enfrentam argumentativamente os problemas pessoais de cada um e, por que não dizer, de um grupo em particular. Esse processo de discussão é institucional por um lado, mas por outro lado funciona como um arrazoado até que a verdade possa ter espaço ou pelo menos uma intenção conjunta de buscá-la. Esse diálogo, então, não tem como meta apenas persuadir o outro, mas muito mais a si mesmo, por causa da trama criada na obra. Trama essa que muitas vezes não é muito definida na criação verbal e, como critica Bakhtin, na própria história da literatura.

Bakhtin afirma:

O artista que luta por uma imagem determinada e estável de um herói luta, em larga medida, consigo mesmo. (BAKHTIN, 2000, p.27)

Essa luta pode então significar um diálogo consigo mesmo, que em larga escala se vale de discussão consigo mesmo e com o próprio herói. A própria criação de personagens outros que vão discutir com o herói sobre os problemas deste último vai criando uma reação em relação ao herói que se vai definindo a partir daí.

a reação global de que procede o todo do objeto decorre do desempenho do ato criador e não é vivida como algo determinado – pois o que a determina se encontra precisamente no produto criado, isto é, no objeto a que essa reação deu forma. O autor reflete a posição emotivo-evolutiva de seu herói e não a sua própria atitude para com o herói. (BAKHTIN, 2000, p.27)

Podemos dizer assim que através da argumentação que é criada como estrutura da obra e que através de sua força de persuasão e conclusões alcançadas, o herói é formado e pode então ser vivido pelo autor. Pois quando o autor cria, ele não vê sua criação em nenhum outro lugar a não ser no objeto ao qual deu uma forma.

ele vive seu objeto e vive a si mesmo no objeto
um ponto de vista social, moral, ou outro. (BAKHTIN, 2000, p. 27)

Quando o autor fala de seu herói, expressa sua relação do momento com um herói já criado e determinado, transmite a impressão que este produz nele como imagem artística e expressa a relação que teria com um ser vivo, determinado e encarado de... (BAKHTIN, 2000, p.28)

Ainda como um reflexo da reação ativa do autor que se manifesta na estrutura da obra, podemos dizer que uma visão do herói é percebida como um todo, na estrutura de sua imagem, no ritmo de sua revelação, na estrutura de entonação e na escolha das unidades significantes da obra (BAKHTIN, 2000, p. 28). Assim, um estudo das estratégias argumentativas na obra poderia ser paralelo aos critérios avaliativos a que o herói e a obra possam receber, como enumera Bakhtin:

O herói positivo ou negativo, autobiográfico ou objetivo, idealista ou realista, a heroificação, a sátira, o humor, a ironia; o herói épico, dramático, lírico, o caráter, o tipo, a personagem; o herói romanesco; a famosa classificação dos papéis cênicos: o galã, o racionador, o ingênuo, etc. (BAKHTIN, 2000, p.29)

E essa realidade do herói de Morris West vem valorizar o uso da argumentação consigo mesmo que Perelman defende como sendo a argumentação em que o próprio sujeito é uma encarnação do auditório universal. Assim, Perelman afirma que o sujeito pode experimentar o valor de seus próprios argumentos. “O consentimento de vós mesmos a vós mesmos e a voz constante de vossa razão” é, para Pascal, também, o melhor critério da verdade; é também, para Descartes, empregado, nas *Méditations*, para passar das razões que o convenceram pessoalmente à afirmação de que ele “chegou a um exato e evidente conhecimento da verdade”. (PERELMAN, p 45).

Diante disso, podemos afirmar que o romance apresenta, em sua criação estética, a argumentação consigo mesmo, por parte do herói que faz desse trabalho uma autoria de sua própria existência, seus traços de personalidade, postura política-social e religiosa. Assim, fica valorizado no romance o que Perelman destaca:

o segredo da deliberação íntima parece o penhor da sinceridade e do valor desta última (PERLEMAN, p 45)

Sinceridade essa que o autor do romance procura criar e passar com seu personagem. Sendo o herói criado com sua força argumentativa consigo mesmo e com seu público, fica explicado também, mas não comprovado, o que Bakhtin destaca sobre a institucionalização do discurso:

...um autor converta seu herói no porta-voz de suas próprias idéias, segundo o valor teórico ou ético delas (político, social, com o intuito de torná-las verídicas, com o objetivo de difundir-las... (BAKHTIN, 2000, p.30)

Pois, no uso da argumentação, o sentimento daquilo que existe fica preso ao todo da obra, deixando o autor valorizado em sua criação, por ter um personagem que busca e constrói o todo deste a partir da argumentação que este tem com seu universo “real”. Quando este personagem constrói-se a partir de sua própria vivência, defende como um todo seu individualismo, que é valorizado na obra pela argumentação consigo mesmo, e por Isócrates que diz:

Os argumentos pelos quais convencemos os outros falando são os mesmos que utilizamos quando refletimos; chamamos oradores aos que são capazes de falar

perante a multidão e consideramos de bom conselho aqueles que podem conversar consigo mesmos, da forma mais judiciosa, sobre os negócios. (ISÓCRATES,)

O JOGO ARGUMENTATIVO DA CRIAÇÃO ESTÉTICA NO DIALOGISMO DO PERSONAGEM

O jogo argumentativo realizado por Morris West criou um personagem que dialoga consigo mesmo a respeito de vários temas, como a morte, a Igreja e a ciência. Desde o início, o autor trabalha o herói, psicológica e discursivamente, usando a estratégia de deliberação íntima, fazendo com que o discurso do herói se dirija tanto a si mesmo como a um outro (o terceiro participante).

A interlocução diante da morte

A construção dos argumentos se dá primeiramente na mente das pessoas e, como diz Perelman, começa com a valorização do ouvinte (auditório) e a escolha de pontos iniciais para a argumentação. Vemos isso claramente na primeira mostra desse trabalho mental e pessoal do padre Blaise.

Esperou um momento, reunindo as palavras, escolhendo esta, descartando aquela, e juntando-as, depois, numa forma verbal meticulosamente exata.” (p.8)

Outro fragmento anterior a esse nos explica porque nosso personagem estava tão obstinado em construir um argumento perfeito e defender sua posição.

Sua profissão era preparar os outros para a morte; chocava-o, no entanto, o fato de estar tão pouco preparado para a sua própria. (p.7)

Com um tumor maligno dentro de si, sua sentença de morte desafiava-lhe a boa consciência. E sua primeira adversária estava na sua mente e já argumentava com ele mesmo e exigia resposta, era o que ele chamou de a ironia da situação:

Passara toda sua vida a fazer com que os outros se defrontassem com a verdade acerca de si próprios, as culpas que os atormentavam, as concupiscências que os

degradavam, as loucuras que os diminuam. Agora, olhava suas próprias entranhas, onde um pequeno tumor maligno se desenvolvia como uma raiz de mandrágora, estendendo-se na direção do dia em que o destruiria. (p.8)

No momento de extrema pressão, diante do médico que atestava sua fragilidade, Blaise só podia recorrer si mesmo, argumentativamente, para manter sua lucidez.

Eram ambos profissionais. Cada qual, em sua própria profissão, lidava com animais humanos. Cada qual devia conservar um certo desprendimento clínico, para que não gastasse muito de si mesmo e não ficasse tão fraco e medroso como seus pacientes. (p.8)

Isso ele pensava, como que debatendo consigo mesmo, usando uma premissa forte para justificar uma conclusão. Alias, podemos ressaltar a importância desse *corpus* de estudo em particular, que nos dá uma visão daquilo que acontece no dia a dia, mas que, com um narrador onisciente, torna muito mais fácil perceber: o esforço na argumentação consigo mesmo, as pressões na mente que alegam verdades e requerem respostas para que depois haja uma manifestação verbalizada daquilo que muitas vezes é alcançado ou liberado somente após um debate interior. Debate esse que segue as mesmas regras da argumentação normal entre pessoas.

A interlocução com a ciência

Durante toda a conversa com o médico, Blaise argumentava consigo mesmo para se manter vivo, diante do aviso de morte.

Sobreviveria ao choque e procuraria conformar-se diante do inevitável...
... e, se não houvesse ninguém para chorá-lo, isso também poderia ser contado como uma recompensa final do celibato... (p.9)

A conclusão no final desse fragmento nos mostra que a ironia que o afrontou e sobre ele despejou um forte sentimento de derrota diante de fatos e dados possivelmente definitivos, recebia agora a resposta, pelo menos inicial, de alguém que ia argumentar até o final para definir como irá viver e não deixar as circunstâncias definirem por ele. Talvez

esse seja o papel moderno do estudo da argumentação: ser um instrumento de capacitação, com suas estratégias e noções, para fazer de um homem mais instruído nessa ciência alguém capaz de pensar, argumentar contra as argumentações que lhe são dadas e poder, ele mesmo, definir como agir e em que, ou quem, acreditar. Assim, teríamos na sociedade menos massificação e manipulação das vontades e ações humanas por parte daqueles que detém o poder da comunicação.

Tanto nós como o padre martirizado por esse tumor, somos questionados a enfrentar nossos problemas baseados na nossa bagagem de crenças ou ideologias que, no momento de dificuldade, deveriam nos mostrar um caminho seguro. Isso se refere a uma boa consciência: um guia seguro em meio às densas trevas de pensamentos confusos ou inseguros. E, diante dessa busca por uma boa consciência, nosso personagem vai argumentar com vários auditórios, em vários campos, para ter uma conclusão satisfatória para sua missão como advogado do diabo, mas como homem também. Assim, ressaltamos uma fala do médico:

Admiro sua coragem... Não pertencço à fé católica ou, na verdade, a qualquer outra fé, mas imagino que o senhor deve encontrar nela, numa ocasião como esta, uma grande consolação. (p.9)

Realmente, a Igreja dera-lhe segurança, conforto e escopo para o exercício de suas aptidões sacerdotais. Mas, havia agora uma amargura, um sentimento de fracasso e desilusão que borbulhava em sua mente e o fazia agir como quem precisa refletir e definir como ver as coisas e, principalmente, como expressá-las. Assim, percebemos, nos eufemismos usados pelo personagem, seu trabalho argumentativo inter-pessoal, um discurso realista, pessimista, cético e praticamente não cristão:

A última primavera, o último verão. O troco final da vida, mastigado e chupado até ficar seco como um bastão de açúcar-cande que se lança depois ao lixo. (p.11)

Agora, diante desse quadro que tendia a piorar e dessa pressão que poderia levá-lo à morte mais rápido, vieram as indagações mais indesejadas: “Que mérito poderia ele computar e levar consigo para o Juízo Final? Que é que deixaria de si, para que os homens pudessem querer lembrar-se dele?” (p.11.) Em outras palavras, “fizera o que dele se exigiu;

não obstante morreria vazio e, dentro de um mês, seu nome seria um pouco de pó soprado sobre o deserto dos séculos.” (p.11)

Mais uma vez, em meio aos problemas, agora já numa questão mais avançada, por primeiro enfrentar a notícia de seu fim prematuro, agora por enfrentar a difícil busca da motivação para continuar vivendo e não somente respirando a desilusão, a deliberação íntima apresenta-se como o instrumento usado pelas pessoas que desejam buscar equilíbrio e direção para suas ações. Como vemos no trecho:

Os calafrios passaram lentamente. O terror cessou e ele se sentiu de novo calmo. A razão apoderou-se dele, e pôs-se a pensar de que modo deveria organizar sua vida durante o tempo que lhe restava. (p.11)

Assim, passou a ponderar sobre a diferença dos rituais de morte em Roma e em sua terra natal, Londres. Lugar onde a morte lhe chegaria muito mais gentil, por causa das boas maneiras que de lá aprendera. Mas depois de uma detalhada reflexão, sua consciência questiona-o com o peso da ilusão. Pois, mesmo escolhendo o lugar onde enfrentar a morte, poderia amenizar a espera, mas isso não seria nenhuma proteção genuína contra seu maior inimigo. Por isso, podemos ver através da narração onisciente do romance que, deliberando consigo mesmo, o personagem enfrentava em sua mente a ironia, a desilusão, a ilusão como agentes comunicadores com sua consciência e que, com a própria argumentação, o personagem construía, ou apenas recebia, convicção para si mesmo diante dos embates que se lhe apresentavam. Outra ponderação foi a de se submeter ou não a uma cirurgia, possibilidade que logo ganhou pontos argumentativos: “Submeter-se ao bisturi? Abreviar a agonia, mas cometendo um suicídio, na visão dos moralistas justificável; ou voltar ao trabalho, mas com que finalidade?” (p.12). Assim, as convicções que buscava geravam-lhe mais indagações, que geravam mais argumentações.

Não obstante, aquele era o seu trabalho e ele devia realizá-lo, pois que estava entregue às suas mãos – e por que ele estava demasiado cansado e demasiado doente para começar qualquer outro.

Aliás,

Os ingleses eram um povo civilizado e tolerante. Esperavam que um homem cuidasse recatadamente de sua salvação ou se condenasse com discrição às penas eternas, que soubesse beber como um cavalheiro e guardasse consigo mesmo os seus problemas. (p.13) *

Vemos, aqui, como nosso personagem busca dados na tradição e nos costumes para justificar-se e fazer aceita por sua consciência uma certa atitude diante de uma situação.

A partir desse trabalho argumentativo, usaremos outra definição de Perelman sobre a argumentação para seguirmos adiante.

A argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente. (PERELMAN, p.61)

A argumentação, em seu sentido mais restrito no romance, reflete um conflito entre campos discursivos diferentes: o religioso e o acadêmico. Muitas vezes, instituições, principalmente religiosas, buscam, pelo trabalho discursivo de seus líderes, determinar uma ascendência sobre o pensamento de seus membros. Assim, como afirma Perelman (p. 61), é multiplicado o uso do discurso educativo, que pode soar como coerção ou ameaça, entrando em conflito com a liberdade de pensamento de cada um. Por isso, Perelman mais uma vez afirma:

Pode-se, de fato, tentar obter um mesmo resultado seja pelo recurso à violência, seja pelo discurso que visa à adesão dos espíritos. (PERELMAN, p 61)

Diante disso, sabemos que realmente o acordo, alvo da argumentação, poderia passar como uma forma dissimulada de coerção ou como um símbolo de boa vontade do auditório. Alias, mais uma vez, temos aqui a justificativa de se usar um romance ficcional para não correremos o risco de tentar, na prática, afirmar o que é real e o que não é, em relação aos resultados da argumentação. Esse não é nosso trabalho. Mas, pela análise dos dados, queremos entender melhor como as relações sociais se dão com o uso da argumentação, porque por trás dela estão as instituições que de certa forma regulamentam as discussões.

É por causa das relações que a argumentação possui com a ação, que ela compromete praticamente os que dela participam. (PERELMAN, p.65)

Assim, passamos a entender melhor essa prática da argumentação através do envolvimento, que prova que a argumentação não é meramente um exercício intelectual, retórico e estilístico. Segundo Perelman, não se pode aceitar que, num debate, chamar terceiros irá dirimir o impasse, pois eles seriam, indiscutivelmente, mais objetivos. Se aquilo não lhe diz respeito, como não reconhecer o espanto e a indignação frente a invasão de um alheio à situação. Assim, Perelman vai mais longe e defende:

Contrariamente ao que se passa em ciência, onde basta, para resolver um problema, conhecer as técnicas que permitem consegui-lo, é mister, para intervir numa controvérsia cujo desfecho afetará determinado grupo, fazer parte desse grupo ou ser-lhe solidário. (PERELMAN, p.67) .

Ser imparcial, não é ser objetivo, é fazer parte de um mesmo grupo que aqueles a que se julga, sem ter previamente tomado partido por nenhum deles. (PERELMAN p.67)

Poderíamos, então, afirmar que a incessante busca de conclusões, pela qual o homem argumenta consigo mesmo, pelo fato de ser ele o participante mais engajado em seus enfrentamentos discursivo-sociais, é uma tentativa de não deixar suas ações chegarem a ficar nas mãos de outros, alheios à sua realidade. Lógico que, para isso, o verdadeiro critério de Perelman apresentado aqui, para a imparcialidade, continua, mesmo na argumentação pessoal, requisito primordial para a existência de prós e contras característicos desse trabalho discursivo.

A imparcialidade, se concedida como a de um espectador, pode parecer a ausência de qualquer atração, uma afetação desprovida de participação nos debates, uma atitude que transcende as discussões. Em contrapartida, se ela deve caracterizar um agente, é antes um equilíbrio das forças, uma atenção máxima aos interesses em causa, mas repartida igualmente entre os pontos de vista. (PERELMAN, p. 67)

E, como o intuito deste trabalho é analisar o trabalho do autor na construção do herói no romance, destacamos a argumentação consigo mesmo como sendo “a menina dos olhos” da argumentação. Defendendo a idéia de que, com a possibilidade de serem responsáveis pela reflexão sobre aquilo que lhes é levado à discussão, as pessoas podem buscar o uso dessa argumentação para fortalecer sua capacidade de imparcialidade ao

mesmo tempo em que usam a vantagem de serem os mais comprometidos com o resultado dessas discussões. Pois estamos de acordo com o que diz Perelman sobre a imparcialidade, quando a coloca como estratégia no campo da argumentação. Argumentação essa que, para ele, está presente na inter-relação do pensamento e da ação.

A imparcialidade encontra-se, assim, nos campos em que o pensamento e a ação estão intimamente associados, entre a objetividade que não confere ao terceiro nenhuma qualidade para intervir e o espírito sectário que o desqualifica. (PERELMAN, p.67)

A interlocução com a Igreja

Esse Giacomo Nerone fora assassinado por comunistas em circunstâncias que bem poderiam se chamadas de verdadeiro martírio. Desde a sua morte, vinham sendo prestados, nas vilas e nos campos adjacentes, espontâneos tributos de veneração, atribuindo à sua influência diversas curas de natureza milagrosa. Investigações preliminares confirmaram sua reputação de santidade, bem como a natureza aparentemente milagrosa de tais curas, e o bispo mostrou-se disposto a aceitar a petição e submeter o caso à investigação jurídica... fosse designado o Advogado do Diabo, para submeter as provas e as testemunhas ao severo escrutínio, segundo as cláusulas pertinentes do direito canônico. (p.22)

...foi então que se lembrou de Blaise Meredith, o homem magro e sóbrio, que já tinha sobre si o cinzento da morte. Era inglês... (p.24)

Comparado a um homem com uma vida secular, Blaise argumentou:

Sinto-me muito vazio – Não há mal de que me arrependa nem bem que possa contar a meu favor. Nada tive contra que lutar. Não posso apresentar sequer cicatrizes. (p.25) *

Antes de aceitar o trabalho, algumas indagações mereceram a atenção argumentativa de Blaise. Primeiro sobre a quantidade de santos, símbolos em grande número que chegavam a obscurecer a face da realidade. O segundo, sobre os interesses políticos em usar um possível mártir como instrumento da Igreja para conseguir uma Sede Provincial ou um exemplo de caridade histórica. Assim, vemos que Blaise **argumentava**

consigo mesmo sobre as ideologias e motivações da Igreja, instituição a que serviu durante toda sua vida, o que o levava, então, a ter uma visão particular e crítica sobre os interesses dela nesse caso. E o mais importante: via, depois de muitos anos na Igreja, um orgulho o qual rejeitava agora, em sua cética e insignificante existência, mas o qual o alimentou e o fez quem era, por muitos anos crendo que sem ele o mundo estaria um caos, como que, com sua frieza em relação ao homem, poderia guardar inócua a mensagem viva e calorosa da salvação. Ledo engano, de que agora poderia ver-se redimido se aceitasse uma missão de inserção humana e social em contato com vidas e com a prática e não somente com a letra fria da verdade da Igreja.

Ela o levará para fora de Roma, para uma das regiões mais miseráveis da Itália. O senhor reconstituirá a vida de um morto segundo o testemunho daqueles que com ele viveram... Os pobres, os ignorantes, os esbulhados. Seja ele santo ou pecador, isso, no fim, não faz diferença alguma. O senhor viverá em meio de gente simples, falará com tais pessoas. E entre elas, talvez encontre a cura para a enfermidade de seu próprio espírito; não há paixão em sua vida, meu filho. (p.29)

O problema de Blaise, que questionava o valor de sua existência, para ser resolvido precisava que ele, como pessoa, se inserisse em meios sociais diferentes, em assuntos seculares, com pessoas de diversos níveis culturais, em suma, que tivesse relacionamento humano, o mais humano possível. O interessante dessa direção do enredo para nossa análise é que quanto mais relacionamentos sociais, mais comunicação, e quanto mais comunicação, mais debates, assuntos e convicções a serem manifestadas. Um prato cheio para nosso estudo de valorização da argumentação interior na vida cotidiana. Principalmente porque esse instrumento social serve como base para as argumentações com terceiros, isto é, com a sociedade em geral (os auditórios).

Esse novo propósito na vida de Blaise já colocava a argumentação consigo mesmo em contato com a realidade do mundo, em confronto com sua própria realidade, antes enclausurada pela vida fria e isolada que por tanto tempo era seu Deus: uma vida de religiosidade. Por isso via agora seu ninho, Roma, como um lugar que limitava as idéias e as ações dos sacerdotes, que por estarem juntos demais do poder, da ostentação, não chegavam a realmente ver e servir àqueles que precisavam de salvação. Em conversa com um clérigo, já assentado em seu lugar no trem rumo à Calábria, após ouvir elogios a Roma,

manteve sua nova posição, argumentando em silêncio, mantendo-se lúcido para sua nova missão.

Ter estado em Roma, palmilhado os caminhos dos mártires, ajoelhado junto ao túmulo de Pedro! Que outra experiência poderia igualar-se a essa? Lá, vê-se a Igreja como realmente é: um exército de sacerdotes, monges e freiras preparando-se para conquistar o mundo para Cristo... (p.32)

E a resposta de Blaise:

Se aquela era a maneira de conquistá-lo, pensou Blaise Meredith, que Deus se apiedasse do mundo! Aquela espécie de pantomima jamais serviria para nada. (p.32)

Assim, ainda no trem, Blaise já se encontrava em meio a uma floresta selvagem da vida social, dos relacionamentos humanos mais inquietantes e, para ele, até repugnantes. O interessante é que esse discurso repugnante que o clérigo mostrava-lhe era o mesmo “discurso retórico” de Roma, que no sentido clássico da expressão servia para manipulação e para manter o povo fiel a uma “verdade” defendida mais com palavras do que com ações. Pois o próprio Blaise conhecia a “verdade” da Igreja, mas viu-se vazio em relação às questões mais importantes a que sua mãe, a Igreja, com seu discurso vão, não respondia. Daí, um estudo sobre a importância da valorização e do desenvolvimento da argumentação na vida cotidiana, pois assim podemos realmente buscar respostas para as questões que, às vezes, as instituições não oferecem realmente.

Agora, mais do que nunca, aquela espécie de parlapaticice lhe era repugnante. Constituída assim como que um jargão eclesiástico, uma retórica aviltada que nada explicava, servindo apenas para desacreditar a verdade. Reclamava todas aquelas questões e não respondia a nenhuma. A estrutura maciça da razão e da revelação, na qual se alicerçava a Igreja, era reduzida a palavras mágicas, informes, estéreis e essencialmente falsas... Era a marca da acomodação, do compromisso, da frouxidão do clero, que achava mais fácil pregar a devoção do que enfrentar os problemas morais e sociais de seu tempo. Encobria a fatuidade e a falta de instrução. Deixava o povo nu e desarmado diante de mistérios aterrorizantes: dor, paixão, morte, o grande “talvez” do além.

CONCLUSÃO

Diante deste estudo e análise baseados em Bakhtin e Perelman, podemos identificar algumas características que compõem a criação estética do romance *O advogado do diabo*, ligadas à presença e articulação discursiva da argumentação com o outro e consigo mesmo, enquanto outro também. Como resultado desse trabalho, além de termos apontado essas características e relações principais na construção do romance, percebemos, enfim, que o autor, como Dostoiévski, conseguiu representar, ao mesmo tempo e no mesmo plano, consciências que trabalham em constante jogo de persuasão. Isso mostra os campos psicológico e social sendo explorados em busca de uma verdade provável que é o alvo da argumentação, segundo Perelman. Na construção estética desses romances psicológicos, o autor busca fazer uma consciência ser mais convincente do que a outra. Como afirma Dostoiévski: “Pode perfeitamente admitir e pensar que uma verdade única exige uma multiplicidade de consciências” (DOSTOIÉVSKI, 1929, p.107). Além de entendermos que o absoluto pode não se encarnar num personagem e não obstante servir de idéia reguladora para busca comum a todos, justificamos a importância da argumentação com o outro e da deliberação íntima como instrumentos permanentes e importantes para a persuasão que expressa mais do que uma verdade interior, mas identifica de onde vêm essas verdades, essas consciências pelas quais o personagem (o homem) se identifica e é identificado.

Assim, nesse jogo de consciências e construção de verdades, vemos Bakhtin citando uma frase de Dostoiévski, em que o autor não se define como “psicólogo”, mas sim como “realista em sentido superior” (BAKHTIN, 2000, p.15), o que nos serve de referencial teórico para destacarmos a presença da argumentação no trabalho de criação estética do romance *O advogado do diabo*, obra que explora a argumentação como recurso discursivo e estético na construção da sua realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhailovitch, *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 421 p.

ISÓCRATES, *Discursos*. 8ª ed. Madrid: Gredos, 1979 t. II. 574 p.

J.N. FINDLAY, *Morality by convention*, *Mind*, vol. LIII, 160 p.

KANT, Immanuel, *Crítica da razão pura*. 1ª ed. Paris: Alcan, 1927.

PASCAL, Bibl. De la Pléiade, *Pensées*, 561 ed. Brunschvicg.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *A Nova Retórica: tratado da argumentação*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 653 p.

PERELMAN, Chaim. *The realm of rhetoric*. 6ª ed. Notre Dame: Notre Dame University Press, 2005. 185 p.

WEST, Morris, *O advogado do diabo*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 267 p.